

Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis Integrados na Região Hidrográfica 4

Parte 5 - Objetivos

3 - Outros Objetivos

Junho de 2012
(Revisão Final)



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

ÍNDICE

5. Objetivos	7
5.3. Outros Objetivos.....	7
5.3.1. Introdução.....	7
5.3.2. Mitigação dos efeitos de inundações e de secas.....	7
5.3.2.1. Inundações.....	7
5.3.2.2. Secas	9
5.3.3. Cumprimento de acordos internacionais.....	10
5.3.3.1. Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (OSPAR)	10

QUADROS

Quadro 5.3. 1- Especificação e Calendarização dos Objetivos de Mitigação dos Efeitos das Inundações.....	9
Quadro 5.3. 2 - Especificação e calendarização dos Objetivos de mitigação e de eliminação dos efeitos das secas	10

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ARH do Centro - Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.

PGBH - Plano de Gestão de Região Hidrográfica

FICHA TÉCNICA

Cliente

ARH Centro, I.P. - Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.

Referência do Projeto

Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Vouga, Mondego e Lis

Descrição do Documento

Outros Objetivos

Referência do Ficheiro

RH4_P5_S3_RT_final.doc

N.º de Páginas

10

Autores

Prof. António Jorge Monteiro

Eng.º Rodrigo Proença de Oliveira

Outras Contribuições

Eng.ª Ana Sofia Graça

Eng.º Mário Samora

Eng.ª Patrícia Ribeiro

Diretor de Projeto

Eng.º Rui Coelho

Data da 1.ª versão

4 de Agosto de 2011

REGISTO DE ALTERAÇÕES

Revisão / Verificação	Data	Responsável	Descrição
01	30/10/2011	António Jorge Monteiro	Retificação do documento tendo por base o Parecer definitivo da ARH do Centro
Versão final	Junho de 2012	António Jorge Monteiro	Retificação do documento tendo por base os contributos recebidos no âmbito da Participação Pública

5. Objetivos

5.3. Outros Objetivos

5.3.1. Introdução

Além dos Objetivos estratégicos e ambientais descritos nos capítulos anteriores, a Lei da Água estabelece outros Objetivos para dar cumprimento ao definido na Diretiva Quadro da Água, nomeadamente Objetivos que visam a prevenção e proteção contra riscos de inundações e de secas e o cumprimento de acordos internacionais relevantes.

De seguida, detalham-se os principais aspetos destes Objetivos para as bacias hidrográficas do Vouga, Mondego e Lis.

5.3.2. Mitigação dos efeitos de inundações e de secas

5.3.2.1. Inundações

As inundações são fenómenos de origem natural ou artificial, que podem pôr em causa a segurança de pessoas, de bens e do ambiente e que, embora não possam ser totalmente evitados, é possível reduzir o risco e as consequências prejudiciais que lhe estão associadas.

O reconhecimento da necessidade de avaliar, gerir e mitigar os riscos de inundação resultantes de cheias naturais levou à elaboração de legislação, que estabelece os instrumentos a adotar para esse efeito.

A Lei da Água, estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas. No artigo 40.º desse documento, define-se como *“zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias, as áreas contíguas à margem dos cursos de água ou do mar que se estendam até à linha alcançada pela maior cheia com probabilidade de ocorrência num período de retorno de um século”* e que estas devem ser *“objeto de classificação específica e de medidas especiais de prevenção e Proteção, delimitando-se graficamente as áreas em que é proibida a edificação e aquelas em que a edificação é condicionada, para segurança de pessoas e bens”*.

O Decreto-Lei n.º 115/2010 de 22 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2007/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações. Nesse documento, são definidos os instrumentos de avaliação e de gestão dos riscos de inundações, cuja autoridade competente para a sua elaboração e implementação é a ARH Centro, e que serão divididos nas seguintes fases:

- Fase 1: Avaliação preliminar dos riscos de inundações.



- Fase 2: Elaboração das cartas de zonas inundáveis e das cartas de riscos de inundações.
- Fase 3: Elaboração dos planos de gestão dos riscos de inundações.

A avaliação preliminar dos riscos de inundação “visa fornecer uma avaliação dos riscos potenciais” e, com base na mesma, identificar “as zonas onde existem riscos potenciais significativos de inundações ou nas quais a concretização de tais riscos se pode considerar provável”. Esta fase deve estar concluída até 22 de dezembro de 2011.

Com base nas zonas com risco de inundação delimitadas na Fase 1, devem ser elaboradas as cartas de zonas inundáveis e as cartas de riscos de inundação (Fase 2).

Nas cartas de zonas inundáveis, deverão ser indicados os caudais de cheia para diversos períodos de retorno, as respetivas profundidades de água em relação ao nível médio da superfície da água e as extensões das inundações.

A elaboração desta cartas tinha já sido prevista no Decreto-Lei n.º 364/98 de 21 de novembro de 1998, onde cabia aos municípios “*com áreas urbanas ou urbanizáveis atingidas por cheias, nomeadamente as ocorridas, no mínimo, desde a década de 60*” a demarcação das zonas inundáveis, a escala adequada, abrangendo os perímetros urbanos das áreas atingidas pela maior cheia conhecida. A maioria dos municípios optou por assinalar estas áreas nos seus Planos Diretores Municipais, mas sem indicar caudais, períodos de retorno ou profundidades.

As cartas de riscos de inundações deverão indicar as potenciais consequências prejudiciais associadas às áreas indicadas nas cartas de zonas inundáveis, tais como, um número indicativo de habitantes potencialmente afetados, os edifícios sensíveis (hospitais, infraestruturas de gestão de efluentes, edifícios com importância na gestão de emergência...) e o tipo de atividade económica potencialmente afetada.

Tanto as cartas de zonas inundáveis como as cartas de riscos de inundações, deverão estar concluídas até 22 de dezembro de 2013.

Os planos de gestão dos riscos de inundações (Fase 3) visam a “redução das potenciais consequências prejudiciais das inundações para a saúde humana, o ambiente, o património cultural, as infraestruturas e as atividades económicas nas zonas identificadas com riscos potenciais significativos” que deverão estar concluídos até 22 de dezembro de 2015.

No presente PGBH do Vouga, Mondego e Lis identificaram-se as áreas onde existem riscos potenciais significativos de inundações, com o Objetivo de cumprir a Fase 1 do Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro.

Assim, os Objetivos a atingir posteriormente à elaboração do presente plano e durante a vigência do mesmo correspondem, sobretudo, à implementação das Fases 2 (cartas de zonas inundáveis e cartas de riscos) e 3 (planos gestão de riscos) do Decreto-Lei n.º 115/2010 de 22 de outubro.

Porém, estes Objetivos correspondem à implementação de medidas não estruturais, de ordenamento do território e de prevenção de riscos, as quais, sendo essenciais, não serão necessariamente suficientes.

Assim, como Objetivo complementar, deve ser avaliada a necessidade de implementação de medidas de intervenção estrutural, tais como regularização de troços de rio, eliminação de estrangulamentos e criação de reservatórios de amortecimento. A identificação destas medidas deve ser um corolário da implementação da Fase 2 atrás indicada.

Neste âmbito, deverá ser dado especial enfoque à conclusão das obras de regularização do Baixo Mondego e dos seus afluentes, tal como se encontra previsto no seu Plano de Regularização, que começou a ser executado nos anos 80 do século passado, bem como à reparação dos estragos que as cheias de 2001 causaram nas obras já existentes.

Resta referir que, como Proteção contra inundações artificiais, resultantes de rotura ou de mau funcionamento de barragens, o Objetivo a perseguir deverá ser o de concluir o processo de elaboração de planos de emergência para todas as barragens da Classe de Risco I, segundo o Regulamento de Segurança de Barragens.

No Quadro 5.3. 1 sintetizam-se, então, os Objetivos a atingir no que respeita à mitigação dos efeitos das inundações.

Quadro 5.3. 1- Especificação e Calendarização dos Objetivos de Mitigação dos Efeitos das Inundações

Tipologia	Objetivo - Descrição	Prazo	Área Temática
E.1	Elaboração de cartas de zonas inundáveis e de cartas de riscos de inundações	2013	AT3
E.2	Identificação de novas obras fluviais necessárias para a redução das áreas inundáveis ou da sua frequência de inundação	2013	AT3
E.3	Completamento das obras de regularização do Baixo Mondego e dos seus afluentes, de acordo com o correspondente Plano de Regularização, em execução desde os anos 80 do século passado.	2015	AT3
E.4	Reparação dos danos causados pela cheia de 2001 nas obras existentes da Regularização do Baixo Mondego	2013	AT3
E.5	Elaboração dos planos de gestão dos riscos de inundações	2015	AT3
E.6	Completamento dos Planos de Emergência de todas as barragens da Classe I	2013	AT3

Tipologia: E - Objetivo Específico.

5.3.2.2. Secas

Na área do plano, foram identificadas situações de escassez sazonal ou periódica nos abastecimentos urbano e industrial de água a Viseu, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Águeda e Oliveira do Bairro.

Em todos estes locais, a escassez resulta, não da falta de recursos hídricos nas respetivas zonas, mas da falta de infraestruturas de transporte e de armazenamento de água.

Assim, o Objetivo mais importante a atingir será o de construir as infraestruturas necessárias e suficientes para eliminar estas situações de escassez.



No entanto, uma vez que essas infraestruturas demorarão vários anos a serem efetivadas, torna-se aconselhável dispor de um plano de mitigação dos efeitos da escassez para vigorar durante esses anos.

No âmbito do regadio agrícola, a principal situação de escassez detetada foi a do regadio alimentado pela barragem do Lapão, que se encontra impossibilitado de funcionar desde que, durante o seu primeiro enchimento, ocorreu uma rotura parcial do aterro.

Nestas condições, os Objetivos a atingir no que respeita à mitigação, em primeiro lugar, e à eliminação, em segundo lugar, dos efeitos das secas são os que se sintetizam no Quadro 5.3. 2.

Quadro 5.3. 2 - Especificação e calendarização dos Objetivos de mitigação e de eliminação dos efeitos das secas

Tipologia	Objetivo - Descrição	Prazo	Área Temática
E.1	Construção das infraestruturas necessárias para eliminar os problemas de escassez no abastecimento urbano e industrial que se fazem sentir em Viseu, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Águeda e Oliveira do Bairro.	2015	AT2
E.2	Realização de um plano de gestão de secas, para vigorar entre 2012 e 2015, data em que as infraestruturas para eliminação das situações de escassez deverão ficar prontas, tornando o plano redundante	2012	AT2
E.3	Reparação da Barragem do Lapão, de modo a restabelecer o regadio que foi defraudado com a rotura parcial dessa barragem durante o seu primeiro enchimento	2013	AT2

Tipologia: E - Objetivo Específico.

5.3.3. Cumprimento de acordos internacionais

5.3.3.1. Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (OSPAR)

A Convenção OSPAR, de 1992, é o instrumento de cooperação internacional guia para a Proteção do ambiente marinho do Atlântico Nordeste, que na região IV abrange as águas costeiras Portuguesas.

Os Objetivos definidos na Convenção OSPAR são: “reduzir continuamente as descargas, emissões e perdas de substâncias perigosas com o Objetivo último de atingir concentrações no ambiente marinho próximas do valor de referência para as substâncias que ocorrem naturalmente e próximas de zero para as substâncias sintéticas” e que todos os esforços devem ser feitos para atingir o Objetivo de “cessação das descargas, emissões e perdas de substâncias perigosas no ano 2020”.

Assim, durante a vigência do presente Plano assumem-se os Objetivos da estratégia OSPAR numa abordagem colaborativa com os restantes estados membros para a Proteção e conservação das águas marinhas.